

... Cadernos :: edição: 2005 - Nº 26 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo

Gestão para a inclusão

Claudia Pereira Dutra
Claudia Maffini Griboski

O presente artigo discute a transformação dos sistemas educacionais a partir do pressuposto das mudanças estruturais na educação para a efetivação dos princípios da educação inclusiva no âmbito das escolas. A redefinição dos conceitos, atitudes e práticas são abordadas na ótica da gestão democrática, constituindo uma rede de relações de promoção da participação, construção coletiva da identidade escolar e valorização da diversidade no contexto educacional. A organização de políticas públicas de acesso e qualidade do processo educacional avança com a implementação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, criado com o enfoque da inclusão e embasado no fortalecimento da gestão para a articulação de ações de incentivo à formação de professores, promoção da acessibilidade, participação da comunidade e ampliação da identificação e da oferta do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, construindo um repensar da gestão para a inclusão.

Palavras-chave: Educação. Gestão. Inclusão.

Apresentação

A realidade social marcada pelas desigualdades no exercício da cidadania tem reflexos na educação e faz emergir o debate acerca da educação que queremos, considerando que não é possível abordar a inclusão sem ter presente o processo de exclusão. A partir da idéia da educação inclusiva como um novo modo de pensar a educação, a inclusão provoca o exercício crítico, estimula a formação de professores, coloca a desafio de repensar a escola e planejá-la para que se torne efetivamente aberta às diferenças. A educação inclusiva é tema atual no contexto da política educacional do nosso país, leis e diretrizes inspiradas na concepção de direitos humanos suscitam mudanças no sistema educacional em todos os níveis e orientam para a garantia da equidade no processo educacional, fazendo avançar a responsabilidade da escola com a promoção da cidadania.

Na busca de caminhos que conduzam a construção de uma escola de qualidade para todos, educadores têm focado propostas concretas para construção de sistemas educacionais inclusivos que justificam perseguir os pressupostos da educação inclusiva como resposta às exclusões. Os caminhos para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas apontam para a necessidade de ampliar as pesquisas e estudos nesta área do conhecimento, bem como para a importância do trabalho colaborativo entre os professores e demais profissionais da educação de forma que a própria escola vá transformando suas relações, metodologias e estratégias, compondo um projeto político pedagógico para a inclusão educacional.

Nesta perspectiva, este artigo suscita reflexões acerca do significado das mudanças estruturais da escola para uma redefinição das concepções, atitudes e práticas para efetivação da educação inclusiva. O enfoque é na inclusão como movimento de transformação, trazendo a gestão educacional como elemento dinâmico e impulsionador da inclusão e no desenvolvimento do programa Educação Inclusiva: direito à diversidade do Ministério da Educação, com o objetivo de disseminação das políticas públicas de educação inclusiva com vistas a expandir nacionalmente as idéias de participação e valorização da diversidade, a luz do paradigma da inclusão.

Inclusão e transformação

A inclusão significa a transformação do sistema educacional, de forma a organizar os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para uma educação de qualidade para todos. Compreendida enquanto movimento de transformação, a inclusão é um processo e se fundamenta em três fatores: o primeiro é a presença do aluno na escola enquanto sujeito de direito, estar na escola, junto aos demais colegas da sua faixa etária e na sua comunidade; o segundo é a participação, o

relacionamento livre de preconceito e discriminação, em ambiente acessível para que realmente todos participem das atividades escolares, com um currículo aberto e flexível; o terceiro fator é a construção de conhecimentos, que significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e se desenvolvendo. A escola inclusiva é uma escola preparada para identificar e eliminar as barreiras que impedem o acesso dos alunos ao conhecimento, efetivando mudanças que iniciam na construção do projeto político pedagógico e na gestão para a participação, fatores determinantes para a consolidação da proposta. Portanto, inclusão é a transformação da escola a partir de um conjunto de princípios, como a valorização da diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social, o desenvolvimento de

currículos amplos que possibilitem a aprendizagem e participação de todos, o respeito as diferentes formas de aprender, o atendimento às necessidades educacionais dos alunos, a acessibilidade física e nas comunicações e o trabalho colaborativo na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) é marcada pela abertura de possibilidades para a realização de transformações no currículo escolar, apresenta conceitos de flexibilização e inovação, orientados por concepções pedagógicas relacionadas diretamente à aprendizagem dos alunos, onde todos os processos da escola estão presentes, desde princípios, procedimentos metodológicos, avaliação, definição e desenvolvimento de conteúdos. O princípio da gestão democrática, além de ser um preceito legal, constitui-se numa exigência ética e política, possibilitando, cada vez mais a participação da sociedade no planejamento e acompanhamento das políticas educacionais, implementadas pelos sistemas de ensino no País.

Segundo Mantoan (2002),

“(...) uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar. Definimos um ensino de qualidade a partir de critérios de trabalho pedagógico que implicam em formação de redes de saberes e de relações, que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento”.

A escola de qualidade desenvolve um projeto pedagógico centrado no aluno como estratégia de permanência e sucesso na escola assegurando aprendizagem a todos os alunos, um projeto que investe na formação dos professores e profissionais da escola e desenvolve relações de colaboração com a sua comunidade induzindo mudanças positivas a partir do contexto da própria escola. Dessa forma, a gestão tem papel fundamental na promoção da educação de qualidade devendo estimular a participação das pessoas para a construção de uma rede de relações que se desenvolvem na família, no trabalho, nas escolas, nos movimentos sociais, capazes de sustentar a proposta de escola inclusiva, aberta para as trocas de conhecimentos e provocando uma mudança coletiva na maneira de pensar e agir.

Gestão dos Sistemas Educacionais Inclusivos

A escola atualmente se depara com novos desafios, entre eles, o de estabelecer condições mais adequadas para atender a diversidade dos indivíduos que dela participam. Assumir, compreender e respeitar essa diversidade é requisito necessário para orientar a transformação de uma sociedade tradicionalmente pautada pela exclusão.

De acordo com Lück, (2001),

“(...) o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”.

A gestão educacional compreendida como um processo coletivo de planejamento, organização e desenvolvimento de um projeto político-pedagógico, representa um novo paradigma na educação, apresenta novas idéias e orientações a partir da compreensão da rede de relações que se estabelecem no contexto educacional, da complexidade, da dinamicidade e da ação transformadora da escola. Portanto, o enfoque da gestão fundamentado no diálogo e participação supera a visão educacional singular e simplista e passa abranger um conjunto de responsabilidades de ordem pedagógica, da organização e do financiamento da educação.

A função social da escola definida na Constituição Federal (1988), expressa o direito de todos à educação esclarecendo que esse direito visa o “pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma, o essencial da gestão é assegurar uma educação de qualidade para todos, considerando que a qualidade na educação é a promoção para todos do acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento das capacidades cognitivas e ao atendimento educacional especializado quando necessário.

Para que se garanta uma educação de qualidade para todos é preciso estabelecer um foco de gestão para a inclusão, que define a gestão pela perspectiva de eliminação da exclusão. A gestão para a inclusão pressupõe um trabalho competente, à luz de um paradigma dinâmico, mobilizador da sociedade e responsável pela transformação dos sistemas educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e apontando respostas para aqueles grupos que têm sido mais excluídos do processo educacional. Assim, a gestão constitui-se como referencial para as mudanças que se apresentam no contexto da educação inclusiva.

A valorização das diferenças culturais e a participação social são indispensáveis para a vivência dos princípios de justiça e solidariedade e a escola é lugar privilegiado para abordar estes temas, pois o exercício da cidadania ao ressaltar as diferenças, acentua o respeito à diversidade. Conforme Pinsky,

(2003): "sonhar com cidadania plena em uma sociedade pobre onde o acesso aos bens e serviços é restrito seria utópico. Porém, os avanços da cidadania, se têm a ver com a riqueza do país, dependem também da luta, das reivindicações e da ação concreta dos indivíduos".

A gestão para inclusão compõe uma proposta de sociedade e de educação que não se limite a oferecer igualdade de oportunidades, mas que efetivamente revele uma diversidade no interior de seu projeto sócioeducativo e parta do pressuposto que a heterogeneidade é fundamental na ação educativa. Na escola, as diferenças que caracterizam a população estão presentes desde a educação infantil, e o convívio com as diferenças auxilia as crianças e adolescentes a se perceberem como sujeitos que se diferenciam pelos desejos, idéias e formas de vida.

A valorização e atenção à diversidade na construção da identidade, pressupõem o reconhecimento do direito do aluno à diferença, como parte do direito à igualdade, apresentando-se como um projeto de educação e de ações de cidadania voltadas à inclusão de todos os alunos. Na implantação de propostas com vistas à construção da educação inclusiva, no que tange às políticas públicas, é preciso considerar que estas não devem estar restritas a garantia de acesso, mas que as mudanças devem se efetivar em nível dos processos de gestão, com a estrutura organizacional das escolas, a formação dos professores e o ambiente escolar voltados para a questão da permanência e qualidade.

A participação, no âmbito da gestão, considera a importância da inclusão das pessoas nos processos e mecanismos para o compartilhamento das decisões, a resolução de conflitos e as diversas formas de controle democrático consolidadas pela criação dos conselhos escolares como forma de garantir a universalização dos direitos e consolidar uma nova concepção de educação baseada na construção coletiva para a melhoria da qualidade.

A ação participativa da comunidade escolar na construção da escola, compreendida como organização dinâmica e competente, está orientada pelo compromisso com um conjunto de valores, princípios e objetivos educacionais que respeitam os demais participantes e aceitam a diversidade de idéias e posicionamentos. É imprescindível para o sucesso da gestão escolar que se desenvolve de forma participativa, o envolvimento de todos os que fazem parte do processo educacional, sendo fundamental a colaboração na definição de objetivos, na resolução de problemas, no planejamento, na construção de propostas e planos de ação, na tomada de decisões, na implementação e acompanhamento do projeto educacional com vistas à construção de escolas inclusivas, abertas a participação e aprendizagem de todos os alunos.

A compreensão sobre as barreiras que existem na sociedade, na escola e no currículo possibilita uma gestão para a promoção de ambientes educacionais flexíveis e sensíveis às necessidades de todos os alunos. Esta não é uma tarefa colocada no âmbito da educação tradicional, tendo em vista que a construção do projeto pedagógico da escola deve focar as possibilidades dos alunos e não as suas limitações, buscando ultrapassar todas as barreiras e encontrar novos caminhos educacionais.

A educação inclusiva não representa a mera aceitação dos alunos na escola com suas diferenças, mas a valorização da diversidade como uma condição humana e coloca para a educação o desafio de avançar no processo de educação de qualidade para todos, tendo como pressuposto a escolarização nas escolas da comunidade e a oferta do atendimento educacional especializado a todos aqueles que dele necessitarem. Uma concepção, que inverte a lógica da matrícula dos alunos com necessidades educacionais especiais, majoritariamente nas escolas e classes especiais, a partir da organização das escolas para inclusão nas classes comuns do ensino regular.

O desafio da educação inclusiva passa então, por uma ressignificação nos processos de formação inicial de professores, a fim de contemplar os conhecimentos sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos, pela formação continuada de professores do ensino regular; pela redefinição da política de financiamento da educação especial, pela organização dos espaços e recursos para o atendimento educacional especializado em salas de recursos ou centros especializados, pela informação e participação da família, pela ampla sensibilização da comunidade e formação de redes de apoio à inclusão.

Educação inclusiva: direito à diversidade

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a idéia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população. Nesta perspectiva, o Ministério da Educação assume a política de inclusão que tem se materializado na evolução dos marcos legais, na elaboração de orientações pedagógicas e na organização de programas de disseminação dos princípios da educação inclusiva para os municípios brasileiros.

O programa Educação Inclusiva: direito à diversidade coordenado pela Secretaria de Educação Especial/MEC orienta para a necessária transformação da escola e criação de alternativas pedagógicas

com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas de ensino regular. O programa tem como objetivo a transformação dos sistemas educacionais a fim de assegurar a todos os alunos o acesso e a permanência na escola sem nenhum tipo de discriminação, assumindo o compromisso de transformação política, administrativa, didática e pedagógica do contexto educacional.

O programa é implementado com 144 municípios-pólo a partir de duas grandes linhas de ação que são o desenvolvimento da fundamentação da política de educação inclusiva e a formação de gestores e educadores dos sistemas educacionais. Com parâmetros para a difusão e implementação prática dos princípios da educação inclusiva no município, na escola e na família, o programa traz na sua fundamentação filosófica, na difusão de conhecimentos e na disseminação da política, estratégias de participação de gestores e educadores em fóruns de formação e diretrizes do acompanhamento de indicadores para a gestão da educação especial no município, na perspectiva da educação inclusiva.

Para apoiar e consolidar a construção dos sistemas educacionais inclusivos são disponibilizados documentos legais, orientações pedagógicas para gestores e educadores, bem como subsídios teóricos para a organização da gestão educacional e para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos. Ao lançar bases para a construção de um projeto mais amplo de disseminação da política de educação inclusiva nos municípios, envolvendo a avaliação do processo, também disponibiliza um conjunto de indicadores e instrumentos que permitem acompanhar o desenvolvimento dos sistemas educacionais para a educação inclusiva.

Considera-se dentre os indicadores para a gestão dos sistemas educacionais inclusivos, o cumprimento da legislação, as políticas de acesso, a realização do diagnóstico, as redes de apoio, a articulação de políticas intersetoriais, a formação de professores, as condições de acessibilidade, a participação dos professores e demais profissionais da educação, a participação da comunidade, a formação de conselhos escolares, as adequações curriculares, a identificação e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A educação especial, como fator de inclusão, tem como prioridade a expansão da oferta de atendimento educacional especializado em todos os níveis e modalidades da educação, efetivando a proposta de preparar todas as escolas para o atendimento, na sua comunidade, de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos, a despeito de suas características, desvantagens ou dificuldades, desenvolvendo competências e habilidades para educar na diversidade.

Torna-se imprescindível, portanto, investir na criação de uma política de formação continuada para os professores e profissionais da educação e a partir dessa orientação, é possível a abertura de espaços de reflexão sistemática entre grupos interdisciplinares e interinstitucionais, dispostos a acompanhar, sustentar e interagir com os docentes. Segundo Jerusalinsky e Páez, (2001) "são poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão".

Neste sentido, o programa prevê um processo de multiplicação que deverá alcançar, até 2006, 83,5% dos municípios no País, tendo como eixo estratégico o apoio técnico e financeiro para a realização de curso de formação de gestores e educadores em todos os municípios-pólo, no qual estão definidos indicadores para a gestão da educação especial no município e para a transformação das escolas para a prática da educação inclusiva. A participação efetiva dos pais, da família e da comunidade no processo educacional, a oferta de condições de acesso ao currículo em ambiente que propicie aos alunos o sentimento real de pertencimento ao grupo de sua idade, vem permitindo a efetivação desse objetivo visando transpor conceitos e mitos criados e sedimentados ao longo da história.

Trata-se, portanto, de desenvolver sistemas educacionais inclusivos, com escolas de ensino regular capazes de responder à diversidade de forma efetiva, que exerçam seu papel social frente aos grupos mais vulneráveis, que têm experimentado exclusão, discriminação, segregação e afastamento dos seus colegas. Dessa forma, a equidade é representada pelo reconhecimento de que pessoas e grupos em situações desfavoráveis necessitam de atenção e condições especiais, de modo a possibilitar aos que apresentam maior dificuldade de participação condições favoráveis para superar essa desvantagem.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília, MEC/SEESP, 2004.
- BRASIL. Senado Federal. Constituição 1998. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.
- JERUSALISKY,; CANIZA DE PÁEZ, Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento. In: Escritos da criança. nº. 06, Porto Alegre, Centro Lydia Coriat, 2001.
- LÜCK, Heloísa. A Evolução da Gestão Educacional, a partir de Mudança Paradigmática. 2001. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/grandes_temas/gestao_escolar/gestao.doc. Acesso em: 30 ago. 2005.
- MANTOAN, M.T.E. Ensinando a Turma Toda. Pátio, Porto Alegre, ano 5, n 20, p. 18-23, 2002.
- PINSKY, Jaime,; Carla B. Pinsky (Orgs.) História da Cidadania. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

Correspondência

Claudia Pereira Dutra - Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial - Esplanada dos Ministérios Bloco L 6º andar sala 600.CEP 70.047-901 Brasília-DF.Telefone 61- 21048651. Fax. 21049265. e-mail: claudiadutra@mec.gov.br

Claudia Maffini Griboski - Ministério da Educação –Secretaria de Educação Especial-Esplanada dos Ministérios Bloco L 6º andar sala 600.CEP 70.047-901 Brasília-DF. Telefone 61- 21048651. Fax. 21049265. e-mail: claudiagriboski@mec.gov.br

Recebido em 11 de julho de 2005

Aprovado em 02 de setembro de 2005

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2005 - Nº 26 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**